OEA/Ser.W

CIDI/INF. 536/23

10 março 2023

Original: inglês

NOTA CONCEITUAL

Reunião ordinária dO

Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

28 DE MARÇO DE 2023

**TEMA: CIÊNCIA E DADOS PARA TOMADA DE DECISÕES, RESILIÊNCIA E GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES**

1. **Antecedentes/Justificação**

Todas as pessoas enfrentam ameaças naturais e provocadas pelo homem, como desastres. Hoje, a mudança do clima está cientificamente ligada à escassez de água e aos desastres naturais compostos, que incluem furacões, inundações, incêndios florestais, ondas de calor e eventos climáticos extremos. As Américas continuam sendo uma das regiões mais propensas a desastres do mundo, deixando os cidadãos expostos a múltiplos desastres de início rápido e a um constante estado de luta. Embora os Estados membros estejam dispostos a reforçar a cooperação em matéria de redução do risco de catástrofes, nomeadamente por meio da implementação do Quadro de Sendai, entendem que isso não será suficiente se quiserem construir uma abordagem integrada para uma maior resiliência.

À medida que os riscos, os efeitos e os custos dos desastres aumentam, a resiliência a desastres surge como o principal meio para os governos ajudarem a controlar sua exposição fiscal, social e ambiental a desastres. Os Estados membros devem contemplar, nos seus processos de planejamento, medidas para reduzir os impactos de acontecimentos catastróficos na economia e nas pessoas, com a mentalidade de proteger os grupos mais vulneráveis, especialmente as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiência, os jovens e os pobres, à medida que a frequência e a intensidade dos fenômenos meteorológicos extremos aumentam.

Para consolidar as iniciativas científicas e de coleta de dados nos níveis nacional e regional em apoio à obtenção de resiliência econômica, social e ambiental, os Estados membros devem determinar as áreas prioritárias, bem como o formato em que a ciência e os dados são necessários para apoiar melhor a tomada de decisões sólidas relativas à resiliência e entender as necessidades prioritárias de capacitação das organizações de base científica e o papel que os parceiros regionais e internacionais podem desempenhar na construção dessa capacidade. Embora algumas atividades científicas e de coleta de dados sobre resiliência estejam ocorrendo na região, enfatiza-se a necessidade de que as atividades atuais e futuras sejam relevantes, transdisciplinares, multidisciplinares, integradas e institucionalizadas para ajudar a região a superar os desafios sociais, econômicos e ambientais para o desenvolvimento resiliente e sustentável.

O Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), divulgado em outubro de 2019, deixa claro que as metas estabelecidas no Acordo de Paris e as etapas identificadas pelos países em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) não são ambiciosas o suficiente e não trarão nenhuma redução significativa nos impactos da mudança do clima, especialmente no ambiente marinho. Prevê-se que o aquecimento de 1,5º C destrua entre 70% e 90% dos corais construtores de recifes, enquanto o aquecimento de 2º C provavelmente destruirá 99% dos recifes de corais tropicais. Outros impactos previstos das alterações climáticas incluem o aumento da vulnerabilidade econômica e social; o aumento da probabilidade de secas e inundações costeiras associadas ao reforço dos acontecimentos episódicos das correntes oceânicas; o aumento da intensidade dos ciclones tropicais; e a alteração da segurança alimentar devido às mudanças nas terras aráveis disponíveis para a agricultura.

Os cientistas preveem que, sem grandes esforços de mitigação, as concentrações de dióxido de carbono chegarão a cerca de 560 ppm em 40 anos, ou seja, até 2060 (Gergis, 2019). Isso significa que os países devem acelerar agressivamente a formulação e a implementação de políticas e estratégias nos níveis individual, empresarial, comunitário, estadual e nacional para alcançar um desenvolvimento sustentável e resiliente ao clima. Os instrumentos adaptativos devem incluir estratégias de resiliência estrutural para fortalecer edifícios, linhas costeiras e infraestrutura, bem como estratégias não estruturais para preparar melhor as pessoas e os governos para resistirem às tendências e aos desastres relacionados ao clima e deles se recuperarem com eficiência.

A América Latina e o Caribe (ALC) são a região mais impactada pela pandemia de covid -19 e estão entre as mais afetadas pela mudança do clima. Com os países preocupados em construir sua resiliência a choques sociais, econômicos e ambientais internos e externos, deve-se prestar atenção ao fortalecimento dos mecanismos nacionais e regionais de tomada de decisões para reduzir a vulnerabilidade e construir a resiliência por meio da melhoria do desenvolvimento e do uso de dados baseados na ciência.

A pandemia de covid-19 drenou e desviou o financiamento da saúde pública, resultando no declínio dos recursos para lidar com os impactos dos desastres climáticos na saúde. Em resposta a essas ameaças, os países estão investindo em estratégias inovadoras de adaptação às mudanças climáticas, incluindo o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce (EWS) para doenças sensíveis ao clima. A criação e a implementação de ferramentas de apoio à decisão requerem fortes colaborações entre profissionais de saúde, clima e desastres com pesquisadores transdisciplinares para identificar necessidades e prioridades em conjunto, avaliar os dados disponíveis, desenvolver em conjunto ferramentas, coletar feedback por meio de consultas nacionais e regionais e realizar treinamento.

Além disso, a inteligência geoespacial permite o uso de modelos complexos e geograficamente baseados na avaliação e visualização dos riscos, de modo que se possam tomar decisões fundamentadas em dados. Permite que as comunidades: (1) obtenham uma apreciação mais completa de suas circunstâncias por meio da identificação, do monitoramento e da modelagem dos riscos que enfrentam; (2) desenvolvam as ações necessárias para construir a resiliência geral de uma comunidade e compreendam as implicações econômicas, sociais e ambientais de um desastre potencial; (3) promovam a resiliência psicológica da comunidade e fortaleçam sua capacidade de “quicar para a frente”; (4) e construam uma cultura de resiliência nos seus cidadãos e parceiros de desenvolvimento.

Em última análise, os choques sociais, políticos, ambientais ou econômicos associados a desastres de início lento e rápido afetam o bem-estar das pessoas, incluindo sua saúde e meios de subsistência e, de maneira mais geral, suas habilidades de enfrentamento e adaptação. Os primeiros a responder a emergências e desastres são aqueles afetados por eles. As evidências mostraram que as avaliações e estratégias de resiliência de larga escala e de natureza de cima para baixo não são tão eficazes quanto as abordagens participativas, baseadas na comunidade e de baixo para cima. Por essa razão, a Organização dos Estados Americanos (OAS) defende a adoção de uma “abordagem de toda a comunidade” à resiliência que envolva governos subnacionais e nacionais, o setor privado, a academia e as organizações de base comunitária, entre outros. Essa mudança é encorajada pelo rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que podem capacitar os cidadãos a se tornarem mais resilientes e a participarem de forma mais eficaz da tomada de decisões em nível doméstico, comunitário, subnacional e nacional. Os cidadãos têm agora acesso a informações extensas e em tempo real para a gestão de risco (e para melhorar a prestação de dados em regiões com escassez de dados).[[1]](#footnote-1)/ Impõe-se a integração dos mecanismos comunitários de preparação e resposta a emergências nos sistemas nacionais, e essa integração deve começar com treinamento e preparação para desastres.

Os desafios à implementação sustentável da ação climática incluem a falta de capacidade tecnológica e humana, particularmente entre as instituições da área do clima e com ela relacionadas, a falta de estudos locais e dados relevantes que forneçam evidências de setores afetados pelo clima e a falta de financiamento para sustentar um sistema de preparação e resposta.

1. **Objetivo da sessão**

Esta sessão apresentará o relatório da primeira Conferência da OEA sobre Ciência e Dados para a tomada de decisões sobre a gestão de risco de desastres no Caribe, realizada em Dominica em outubro de 2022. O relatório apresentará áreas prioritárias de ação, bem como as parcerias multissetoriais necessárias nos níveis internacional, regional e nacional para a construção e o compartilhamento de dados críticos a fim de orientar a tomada de decisões nos níveis de formulação e programação de políticas. A sessão se concentrará em iniciativas, planos, estudos e políticas dos Estados membros para promover o uso de informações e tecnologias para mitigação e resposta a desastres. Compartilhará oportunidades para reforçar as capacidades de gestão de risco, uma vez que a região empreende ações significativas no enfrentamento da crise climática. E informará o processo preparatório para a Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável.

As perguntas dos Estados membros incluirão:

1. Como o acesso à ciência e aos dados pode melhorar a formulação e a implementação de políticas e estratégias eficazes e adaptativas para um desenvolvimento resiliente e sustentável?
2. Quais são os dados críticos necessários e como eles podem ser usados em um contexto prático?
3. Que mecanismo para a ciência e os dados sobre risco e resiliência existem nos Estados membros? Existem exemplos de boas práticas na tomada de decisões baseadas na ciência?
4. Quais são as principais recomendações para o desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento institucional a curto, médio e longo prazos?
5. Que recursos, ferramentas e tecnologias podem ser implantados para melhorar a tomada de decisões sobre gestão de risco e resiliência a desastres?
6. Esta prioridade é a mesma para outros Estados membros fora da região do Caribe?
7. Como a SEDI pode trabalhar com os Estados membros para desenvolver essa capacidade sempre que necessário?
8. **Relevância para a SEDI**

- Fortalecer a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Promover diálogos, protocolos e estruturas de compartilhamento de dados para ajudar os Estados membros a melhorar suas respostas a eventos naturais

- Promover a cooperação regional e o compartilhamento de conhecimentos em matéria de gestão de catástrofes, incluindo mecanismos de compartilhamento de boas práticas e dlições aprendidas

- Receber contribuições governamentais para a futura Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável

1. **Mandatos da OEA**

Na Nona Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles, Estados Unidos das Américas, de 8 a 10 de junho de 2022, os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a “desenvolver ferramentas digitais para fornecer resposta em tempo real a eventos climáticos, desastres e outras emergências, fortalecendo a resiliência e a tomada de decisões com base em dados científicos”.

AG/RES. 2988 (LII-O/22): Instar os Estados membros a que promovam estratégias de redução e gestão de risco, com perspectiva de gênero, que considerem as ameaças múltiplas que causam os desastres em cascata e combinados, e realizem avaliações de risco capazes de identificar e reduzir os efeitos dos perigos biológicos, naturais, tecnológicos, climáticos e daqueles provocados pelo ser humano, de forma não intencional, valendo-se das lições aprendidas do impacto da pandemia de covid-19 e dos desastres de origem natural, tais como os eventos relacionados à mudança do clima e às condições atmosféricas, vulcânicas, sísmicas e de outra natureza

AG/RES. 2979 (LI-O/21): Convidar os Estados membros, os Observadores Permanentes e os organismos globais e regionais de gestão de desastres a fornecer dados oficiais, incluindo informações sobre o compartilhamento de conhecimento, *expertise*, lições aprendidas e boas práticas disponíveis aos Estados membros mediante cooperação, para inclusão na Base de Dados do Hemisfério Ocidental com vistas a facilitar a preparação, resposta e recuperação eficazes e, assim, fazer avançar a resiliência em qualquer país que possa estar passando por um desastre.

A Carta da OEA encarrega o CIDI de promover a cooperação entre seus Estados membros para alcançar o desenvolvimento integral e, em particular, ajudar a eliminar a pobreza extrema. A Carta também orienta o CIDI a “promover, coordenar e encomendar a execução de programas e projetos de desenvolvimento aos órgãos subsidiários e organismos correspondentes, com base nas prioridades determinadas pelos Estados membros, em áreas tais como desenvolvimento econômico e social, inclusive o comércio, o turismo, a integração e o meio ambiente”.

O Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) incumbe a GS/OEA de, por meio da SEDI, colaborar com as autoridades de desenvolvimento sustentável dos Estados membros e coordenar-se com outras entidades e organizações internacionais. O PIDS estabelece ações estratégicas para garantir que o trabalho da Secretaria-Geral em matéria de desenvolvimento sustentável esteja alinhado com a implementação da Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, e que seus objetivos e resultados sejam guiados pelos ODS aprovados pelos Estados membros e contribuam para sua realização.

De acordo com o PIDS, o trabalho da Secretaria-Geral deve contribuir diretamente para apoiar os Estados membros em seus esforços para reduzir a vulnerabilidade aos riscos naturais por meio da preparação, do planejamento, do investimento e da abordagem científica de emergências.

1. **Estrutura da Sessão**

- Apresentação do relatório da primeira Conferência da OEA sobre Ciência e Dados para a Tomada de Decisões sobre a Gestão de Risco de Desastres no Caribe, realizada em Dominica em outubro de 2022, por Kim Osborne, Secretária Executiva de Desenvolvimento Integral

* + Palestrantes convidados (a serem convidados)

1. **Resultados da Sessão**
2. Melhor compreensão do papel que a ciência e os dados podem desempenhar para melhorar as respostas a eventos naturais
3. Compartilhamento das recomendações específicas relativas à cooperação regional e aos conhecimentos em matéria de gestão de risco e resiliência a catástrofes
4. Recebimento e compartilhamento entre os Estados membros de informações sobre boas práticas para melhorar a tomada de decisões em matéria de gestão do risco e resiliência a catástrofes
5. Distribuição das principais conclusões para apoiar a formulação da agenda da Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável.

CIDRP03789P01

1. . Paul, J, Hannah D, e Liu W, “Citizen Science: Reducing Risks and Building Resilience to Natural Disasters”. [↑](#footnote-ref-1)